

# A DAMA DA FLORESTA: ETHOS E CENOGRAFIA EM “UMA COLÔNIA NO BRASIL”<sup>1</sup>

Ernani Cesar de Freitas<sup>2</sup>  
Thais Gaia Schüler<sup>3</sup>

## RESUMO

O artigo objetiva apresentar um breve estudo do discurso enfatizando a cenografia e os ethos discursivos construídos em “Uma colônia no Brasil”, de Madame van Langendonck. Desenvolvido na perspectiva interdisciplinar, este estudo é qualitativo e exploratório, com procedimentos bibliográficos e documentais. A teoria enunciativo-discursiva de Maingueneau é utilizada enquanto norteadora, articulada com a noção de identidade e alteridade de Bakhtin. A análise indica que a construção da cenografia da narrativa e os ethos discursivos são marcados pela alteridade e pelo eurocentrismo, apresentando-se a cenografia relacionada à floresta virgem e o ethos da narradora pela expressão de uma identidade de colonizadora.

**Palavras-chave:** cenografia, ethos discursivo, alteridade, identidade.

## Introdução

A alteridade, princípio fundante da antropologia, manifesta-se como elemento primordial no estudo de identidades. Refere-se ao reconhecimento da diferença, da percepção de existência de algo diferente de si, de sua própria visão de mundo.

Este artigo se insere nas discussões acerca de estudos do discurso e alteridade, desenvolvendo, especificamente, uma reflexão acerca dos ethos discursivos e da cenografia atrelados a uma obra literária. É desenvolvido no âmbito dos estudos interdisciplinares para o Doutorado Acadêmico em Processos e Manifestações Culturais

---

<sup>1</sup> Artigo desenvolvido com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> Doutor em Letras (PUCRS) com pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP/LAEL). Professor do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. E-mail: ernanic@feevale.br.

<sup>3</sup> Doutoranda e mestra no Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale, ambos com bolsa CAPES/PROSUC. E-mail: thaisschuler@yahoo.com.br.

da primeira autora, cuja tese se propõe a uma análise acerca da relação histórica desenvolvida entre seres humanos e morros na região do Vale do Rio Caí (Rio Grande do Sul, Brasil).

A determinação do *corpus* de análise relaciona-se à sua identificação como profícua fonte para os referidos estudos doutorais. Trata-se da obra “Uma colônia no Brasil”, cuja primeira edição brasileira foi lançada em 1990, com a tradução de Dora Lindenberg van Langendonck e a segunda em 2002, com tradução de Paula Berinson. O livro original, “Une colonie au Brésil”, de autoria de Madame van Langendonck, foi lançado na Bélgica em 1862, narrado em primeira pessoa pela autora e fruto de sua vivência de dois anos na recém-criada colônia de Santa Maria da Soledade, localizada na região de médio curso do Vale do Rio Caí, no Rio Grande do Sul (Brasil).

Diante do objetivo deste trabalho de identificar e discutir a construção da cenografia narrativa e dos *ethos*, fica assim estabelecido o problema de pesquisa: Que cenografias e *ethos* discursivos são construídos em “Uma colônia no Brasil”?

A metodologia da pesquisa envolve a abordagem qualitativa, é exploratória no que se refere aos objetivos e bibliográfica e documental quanto aos procedimentos técnicos. A análise e interpretação dos dados é realizada com base na teoria enunciativo-discursiva de Dominique Maingueneau (2008, 2015), considerando a produção de seus estudiosos Ruth Amossy (2008), Kelen Cristina Rodrigues (2008), Ernani Cesar Freitas e Marinês Giareta Serena (2014), bem como Ernani Cesar de Freitas, Itatiane Chiaradia e Débora Facin (2014), enfocando os conceitos de *ethos* discursivo e cenas de enunciação. Para conceber uma articulação entre *ethos* e identidade a partir da noção de alteridade, utiliza-se a teoria dialógica de Bakhtin (2016) e sua estudiosa Vera Lúcia Pires (2002).

Além da introdução, considerações finais e referências, os subtítulos apresentados foram concebidos como alusivos às diversas partes componentes de uma cena de teatro, pensando a sociedade como um espetáculo teatral onde a cada um cabem diferentes papéis (MAINGUENEAU, 2015). Assim, a seção que segue, “Luzes”, contempla o deslindamento da teoria que sustenta esta análise, sendo apresentados os conceitos norteadores de cenas de enunciação, cenografia, *ethos* discursivo, identidade e alteridade.

O caminho metodológico é apresentado em “Direção”, quando é demonstrada a forma como os conceitos evocados são articuladas na análise, esta, por sua vez, realizada na parte seguinte, “*Mise-En-Scène*”.

## **Luzes**

A base teórica utilizada nesta análise é a teoria enunciativo-discursiva de Maingueneau (2008, 2015) pela qual são propostas categorias de análise intradiscursivas. A teoria em questão propõe que analisar um discurso “não é nem pensar as palavras independentemente do campo discursivo que as autoriza, nem pensar os lugares de modo autônomo às coerções de um gênero específico (...), o discurso é apreendido na multiplicidade de seus planos” (FREITAS, CHIARADIA e FACHIN, 2014, p. 329). Diz-se intradiscursivas porque referem-se àquilo que é possível estabelecer a partir de determinado ato enunciativo, não considerando elementos exteriores referentes a esse.

Um enunciado, segundo Maingueneau (2008), é uma produção verbal inscrita em um contexto específico e resultante de uma enunciação. Este, por sua vez, relaciona-se diretamente à noção de texto, caracterizada por uma unidade de comunicação coerente e coesa, mas que pode ser repetido em situações de enunciação distintas de seu contexto original. Freitas e Serena (2014) chamam a atenção para a assimetria de um ato enunciativo, uma vez que a pessoa que interpreta um enunciado, um enunciatário-leitor, reconstrói seu sentido com autonomia para modificar o entendimento do enunciado.

O discurso, por sua vez, está relacionado tanto a enunciado quanto a texto, mas pressupõe uma regularidade e a correlação com outros discursos. Todo texto é baseado na intertextualidade, ou seja, ele decorre de outros textos, inclusive no que se refere à sua compreensão e interpretação.

A partir da metáfora que estabelece a sociedade como um grande palco teatral, Maingueneau (2008, 2015) propõe considerar que toda enunciação ocorre fundamentada em cenas de enunciação. Segundo o autor, pensar em cenas de enunciação, em detrimento de situações de comunicação, permite considerar o processo de comunicação a partir do interior de seu conteúdo, mediante a situação que a fala pretende definir (RODRIGUES, 2008), decorrendo a enunciação da articulação de três tipos de cenas: a englobante, a genérica e a cenografia.

A cena englobante refere-se ao tipo de discurso, se relacionado a um contexto publicitário, político, literário, religioso etc. A segunda cena, a cena genérica, tem relação com o gênero discursivo e pressupõe a mobilização de elementos discursivos que apresentam ligação com a expectativa do enunciador, articulando normas institucionais prévias. A cena englobante e a cena genérica são qualificadas pela estabilidade diante das condições de enunciação, pois marcam o espaço estável no qual os enunciados ganham sentido. Elas definem o quadro cênico do texto (MAINGUENEAU, 2008).

A terceira cena, chamada cenografia, constrói-se sobre a base da cena genérica, mas de maneira singular e progressivamente a partir do próprio texto, suscitando particularidades para a legitimação do enunciado. De acordo com Freitas e Serena (2014, p.75),

A cenografia de uma obra deve corresponder ao mundo que ela torna possível, seja por meio do contexto, seja pela cena de fala correlativa que atribui um lugar a seu leitor ou espectador, além de estar ativa e diretamente vinculada à configuração histórica na qual aparece.

Embora, em sua análise, a ideia de cenografia mantenha relação com a concepção teatral de “cena”, não deve ser reduzida a elemento decorativo, mas considerar o processo e a maneira específica de se legitimar, de inscrever sua existência no discurso: “é, assim ao mesmo tempo aquela onde o discurso vem e aquela que ele engendra” (MAINGUENEAU, 2008, p. 76).

Em uma cenografia, a figura do enunciador é associada a uma temporalidade, um momento, concebido por Maingueneau (2008) como cronografia, e a um lugar, chamado pelo autor de topografia, mas que, nas palavras de Possenti (*apud* FREITAS; SERENA, 2014, p.74), “não são tempos cronológicos nem espaços geográficos, mas ‘tempos’ e ‘espaços’ ideológicos, históricos: a favela, a cidade, a civilização, a globalização”. É possível um mesmo gênero construir distintas cenografias, inclusive as validadas, aquelas que fazem parte da memória dos leitores através de seu universo de saber.

Se a cenografia legitima a situação de enunciação e estabelece relações entre tempo e espaço, também estabelece as condições para a constituição da imagem do enunciador. Nesse contexto, se insere a noção de ethos discursivo, marcado pela relação entre corpo e discurso. O ethos é a imagem construída do locutor pelo destinatário no ato da enunciação, é o próprio “corpo enunciante” (MAINGUENEAU, 2008, p.70), a

vocalidade específica de um discurso, o caráter do enunciador que é construído, não importando se real ou uma representação. Conforme Amossy (2008, p. 9),

Para tanto, não é necessário que o autor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades, nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma representação de si.

Maingueneau (2008) afirma que todo texto possui uma vocalidade que pode ser manifesta pelo tom utilizado no momento da enunciação e que permite a formação de uma imagem do "corpo do enunciador". Essa, por sua vez, não corresponde ao corpo real, mas uma representação traçada pela figura de um fiador, aquele que, também por meio de um determinado tom ou vocalidade específicos, atesta o que é dito.

Segundo Freitas, Chiaradia e Fachin (2014), o conceito de ethos se compõe pela articulação do ethos pré-discursivo (ou ethos prévio), ethos discursivo e ethos efetivo. O primeiro é ligado à imagem do enunciador que antecede o ato enunciativo, relacionado à cenografia e ao gênero discursivo. Aproxima-se do que Amossy (2005) trata por estereótipo, representações ou imagens coletivas preexistentes que são compartilhados no âmbito de um contexto cultural. Refere-se, pois, a imagens construídas previamente que se tornam domínio de um grupo, positiva ou negativamente, e sempre em comparação a um modelo pré-definido. Podemos, desse modo, considerar a existência deste ethos pré-discursivo, mas o fato dele ser confirmado ou desmentido pela enunciação já impõe uma ruptura em prol daquele que será construído pela enunciação. Logo, ainda que exista uma ideia sobre o enunciador anterior à enunciação, o ethos discursivo desse só se constituirá relacionado ao discurso proferido.

O ethos discursivo, então, abarca o ethos dito e o ethos mostrado, sendo muito tênue a efetiva distinção entre essas duas instâncias (FREITAS; CHIARADIA; FACHIN, 2014). No que diz respeito ao ato de enunciação, o ethos discursivo está ligado à ideia de ethos retórico de Aristóteles, “que recobre não somente a dimensão vocal, mas também o conjunto das determinações físicas e psíquicas atribuídas pelas representações coletivas à personagem do orador” (MAINGUENEAU, 2008, p. 72). O ethos discursivo, entretanto, não pode ser reduzido ao retórico aristotélico à medida que não tem seu intento apenas na persuasão, pois o discurso pressupõe cenas de enunciação para ser enunciado.

A noção de ethos discursivo, assim, não deve ser atinente a um conhecimento extradiscursivo sobre o enunciador, mas aos indícios que esse apresenta na enunciação, pois não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala; segundo Maingueneau (2008, p.77-78): “São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar a própria cena e o próprio ethos pelos quais esses conteúdos surgem”, apresentando estreita relação com a cena de enunciação. Especificamente “no discurso literário, o ethos desempenha um papel de primeiro plano, dado que, por sua natureza, visa a instaurar mundos que ele torna sensíveis por seu próprio processo de enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 88).

Destarte, ethos dito diz respeito às referências diretas do enunciador quando esse fala explicitamente sobre si, sobre suas preferências, características físicas ou psicológicas, suas crenças, etc. O ethos mostrado opera no domínio do que não está explicitado, da imagem que não está propriamente representada no texto, mas é construída pelos vestígios e pelas marcas que o enunciador oferece no momento da enunciação. Conforme Amossy (2005, p.09), “A apresentação de si não se limita a uma técnica apreendida, a um artifício: ela se efetua, frequentemente, à revelia dos parceiros, nas trocas verbais mais corriqueiras e pessoais”.

O ethos dito e o ethos mostrado, por conseguinte, interagem e se complementam, já que, em um texto, é tênue a separação entre o explicitado e o não explicitado. Assim, o ethos discursivo se forma pelas características sociais, psicossociais e discursivas representadas pelo que é percebido do comportamento do enunciador na situação de enunciação.

Se a enunciação, na cena enunciativa, autolegitima uma ideia ou percepção acerca de seu enunciador (ethos discursivo), conseqüentemente essa também constrói a identidade oposta, o antiethos que “serve como uma espécie de construção contraste ao ethos que emerge do discurso” (RODRIGUES, 2008, p. 204).

A noção de ethos encontra aproximação com a ideia de identidade, aqui trabalhada na perspectiva bakhtiniana e inseparável do princípio da alteridade. Em sua teoria dialógica do discurso, Bakhtin (2016) estabelece a alteridade enquanto princípio constituinte do ser humano e de seus discursos, sendo um processo dialógico em que o elemento comum é o próprio discurso. Mas a própria constituição do sujeito não é algo dado ou pronto, sendo marcada em constante alteração pelos meios sociais e pela

interação com o Outro. “O pensador russo considerava a relação sócio-histórica e dialógica entre sujeitos o cerne do processo de constituição do discurso, priorizando a intersubjetividade em detrimento à representação objetiva da realidade” (PIRES, 2002, p. 02). Por conseguinte, mesmo aquilo que é associado à individualidade como pensamentos, opiniões, consciência, etc, se constitui e se elabora a partir das relações dialógicas e valorativas com outros sujeitos, opiniões e dizeres.

O próprio ato enunciativo, desse modo, diz respeito à ideia de alteridade, sendo a identidade decorrente de um movimento em direção ao Outro, um reconhecimento de si pelo Outro que pode estar representado individual ou coletivamente, mas, irredutivelmente, é construído pela consideração a outras subjetividades. A linguagem se estabelece, nesse quadro, enquanto elo, visto que, segundo Vera Lúcia Pires (2002, p.42), “reconhecer a dialogia é encarar a diferença, uma vez que é a palavra do outro que nos traz o mundo exterior”. A relação eu-tu emergente da concepção dialógica implica um deslocamento do conceito de sujeito, que é, antes de individual, um sujeito histórico e ideológico, pois é constantemente atravessado por diferentes vozes sociais, conceito chamado de polifonia.

Todo e qualquer discurso, nessa teoria, dialoga e é atravessado por outros discursos existentes no sistema cultural e social em que é produzido, sendo os discursos, assim, retentores e reprodutores de uma memória coletiva. Desse modo, a enunciação estabelece o contato entre a língua e realidade, determinando, inclusive, a escolha de palavras e expressões a partir de outros enunciados em relação aos quais o locutor se posiciona. De acordo com Pires (2002, p. 44),

De fato, para Bakhtin a produção do discurso envolvia um trio, composto pelo autor, pelo destinatário e por todas as vozes-outras que sempre-já nele habitavam, pois o “diálogo” é o acontecimento do encontro e interação com a palavra do(s) outro(s). A alteridade é, para o autor, um processo dialógico em que o elemento comum é o discurso.

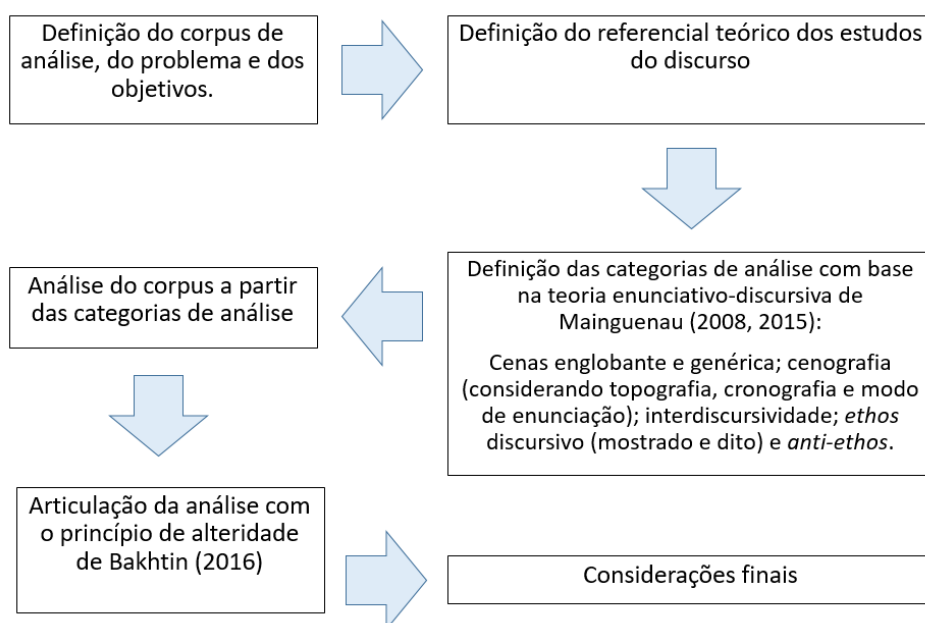
Portanto, nessa perspectiva, a enunciação é marcada por um processo de intersubjetividade que antecede até mesmo a subjetividade discursiva do enunciador e de seu interlocutor. A forma como foi realizada a articulação entre esses conceitos teóricos e o *corpus* de análise é mostrada no capítulo a seguir.

## Direção

A metodologia desta pesquisa envolve a abordagem qualitativa, é exploratória no que se refere aos objetivos e bibliográfica e documental quanto aos procedimentos técnicos, uma vez que trabalha com dados já publicados, constituídos de livros e artigos científicos, mas que ainda não receberam um tratamento analítico relacionado ao objetivo da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

O fluxo metodológico utilizado é mostrado na Figura 1:

Figura 1 – Procedimentos da pesquisa



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

Inicialmente, foi selecionado o *corpus* de análise estabelecendo-se o problema e o objetivo da pesquisa. A partir da definição do problema e do objetivo, selecionou-se como base teórica a teoria enunciativo-discursiva de Maingueneau (2008, 2015) e seus estudiosos, considerando, ainda, a concepção de alteridade e identidade dos estudos bakhtinianos.

Da teoria enunciativo-discursiva, foram selecionadas categorias basilares para a análise, a saber: cena englobante e cena genérica; cenografia, considerando modo de enunciação, topografia e cronografia; interdiscursividade; e ethos discursivo (ethos mostrado, ethos dito) e antiethos. Por fim, a análise é articulada com o princípio da alteridade de Bakhtin (2016), estando essa apresentada na sequência - “*Mise-en-scène*”.



## Mise-en-scène

Para iniciar esta análise, propõe-se, antecipadamente, estabelecer o discurso literário enquanto cena englobante do corpus analisado. A narrativa “Uma colônia no Brasil” foi constituída como um diário de viagem referente ao período entre os anos de 1857 e 1859, quando a autora-narradora, Marie van Langendonck, viveu na recém-criada Colônia de Santa Maria da Soledade, situada em terras próximas ao Arroio Forromeco<sup>4</sup>, no médio curso do Vale do Rio Caí, no Rio Grande do Sul (Brasil).

Na narrativa em questão, a enunciativa recupera uma história já vivida e marcada por processos vinculados à sua memória, apresentando uma cena genérica de diário de viagem onde os marcadores temporais nem sempre estão definidos por datas, mas por acontecimentos, seguindo um conjunto de parâmetros característicos deste estilo literário. O livro foi lançado na Bélgica em 1862, ganhando sua primeira edição brasileira em 1990 e a segunda em 2002.

Nesta análise, utiliza-se a segunda versão brasileira da obra, traduzida por Paula Berinson, com 178 páginas. A edição em questão contém, além da tradução da narrativa, uma nota editorial sobre o contexto desta edição, a republicação de artigo de autoria de Augusto Meyer sobre a versão belga, originalmente publicado no “Suplemento Literário” de O Estado de São Paulo em 1966, as cartas escritas por Madame van Langendonck ao Imperador Dom Pedro II do Brasil e o poema que esta escreveu em seu retorno ao Brasil, em 1863.

A referida obra é claramente direcionada à sociedade europeia da época enquanto destinatário ideal, não só por ter sido escrita em língua francesa ou por ter sido lançada na Europa, mas pelo modo de enunciação adotado que é expresso em marcas textuais que revelam uma vocalidade (MAINGUENEAU, 2008), elucidando valores, conceitos e uma linguagem característicos da alta sociedade do período. Exemplo pode ser citado quando da descrição da cidade de Porto Alegre:

Porto Alegre é uma bela cidade, inteiramente nova, construída em um terreno acidentado, perto do confluente de quatro rios, que formam uma quase ilha. O ar é salubre, as ruas, direitas e bem pavimentadas. O alto

---

<sup>4</sup> As fontes do século XIX e primeira metade do XX referem-se ao arroio como “Ferromeco” e “Ferromecco”, por vezes “Forromecco”. A grafia contemporânea adota “Forromeco”, embora, regionalmente, “Ferromeco” ainda seja utilizado.

comércio é reservado aos alemães e aos portugueses: estes representam os judeus da Europa. Entre eles, tudo o que produz um ganho qualquer é justificado por suas relações. [...] A aristocracia é representada, em Porto Alegre, pelos verdadeiros indígenas, os brasileiros puro-sangue. Povo um pouco indolente, porém dócil, benevolente, e de uma fé incontestável. [...] Os alemães que, pela perseverança e o trabalho adquiriram, no Brasil, um grande conforto ou fortuna, permanecem simples e dignos, muito unidos entre si, e educam perfeitamente seus filhos. (LANGENDONCK, 2002, p. 29-30).

Buscando introduzir a cenografia e tateando uma possível indicação de topografia e cronografia, ainda considerando que “o discurso é regido a partir da inscrição histórica de um sujeito em determinado posicionamento” (RODRIGUES, 2008, p. 205), cabe apresentar algumas informações sobre o contexto em que se desenvolve essa narrativa.

Em 1857, enquanto a maior parte do Brasil apresentava uma urbanização incipiente, os territórios do sul permaneciam amplamente desocupados. Como estratégia de ocupação, a imigração de casais açorianos e a formação de novas freguesias, projeto este que mantinha forte ligação com práticas escravagistas, havia sido incentivada desde o século XVIII, mas acabou por não surtir os resultados esperados.

Assim, no Rio Grande do Sul do século XIX, a imigração se desenvolveu ligada à necessidade de ocupação e defesa territorial das áreas localizadas nas regiões de relevo mais acidentado, especialmente nos Vales e posteriormente na Serra, já que a elite fundiária, cuja base econômica era a pecuária, estava estabelecida na região da Campanha (BUBLITZ, 2008). Esse novo modelo de ocupação de terras devolutas era centrado na exploração de pequena propriedade<sup>5</sup> e no uso do trabalho familiar e livre, ainda que o fortalecimento do recém-criado Império Brasileiro (1822) estivesse intimamente ligado, nas áreas mais ao norte, ao latifúndio, à monocultura, ao escravismo e ao fortalecimento de uma elite proprietária. Há de se considerar, ainda, a natureza racial do projeto que incentivava um branqueamento populacional, preterindo a figura do negro e do indígena.

Foi nesse contexto que, em 1854, foi criada a Colônia de Santa Maria da Soledade a partir da concessão das terras pelo Império Brasileiro ao vice-cônsul da França em Porto Alegre, o Conde Felice de Montravel. O empreendimento, desenvolvido pela

---

<sup>5</sup> O conceito de pequena propriedade ou de “uma colônia” foi variável ao longo dos anos de imigração: em 1824, ocasião da chegada da primeira leva de alemães, correspondia a 75 hectares de terra, mudando para 50 hectares em 1850 e para 25 hectares em 1870 (DREHER, 2005).

Sociedade Montravel, Silveiro & Comp. tinha por condição o assentamento de famílias suíças católicas. As 16 léguas quadradas de terras destinadas ao empreendimento estavam estrategicamente localizadas na margem esquerda do Arroio Forromeco, na região de médio curso do Vale do Rio Caí (Rio Grande do Sul), área que, na atualidade, pertence principalmente aos municípios de São Sebastião do Caí, São Vendelino, Feliz e Carlos Barbosa, e que faz a ligação entre a região dos Vales e a Serra sul-rio-grandense. A companhia em questão contratara agrimensores europeus para a organização da nova colônia e entre eles estava o belga Leon, que chegou ao Brasil em julho de 1857 acompanhado de sua mãe, a poetisa aristocrata Marie Barbe van Langendonck.

Madame van Langendonck, como era conhecida, optou por estabelecer-se nas terras da nova colônia, preterindo a capital Porto Alegre ou localidades próximas de maior urbanização, motivada, segundo sua narrativa, pelo desejo intenso de conhecer a floresta virgem:

O Senhor de Montravel tentou fazer-me abandonar o projeto de ir explorar as florestas virgens: foram palavras vãs. Desde a idade da razão, a expressão floresta virgem dera livre curso à minha imaginação e deixara em mim o desejo intenso de ver uma. (LANGENDONCK, 2002, p. 31).

A floresta constitui-se enquanto elemento central na narrativa “Uma colônia no Brasil”, estabelecendo-se, para além da cenografia, como cena validada (MAINGUENEAU, 2008) e instaurada na memória e no imaginário coletivo do período correspondente à segunda metade do século XIX. Embora seja anunciada, nessa primeira passagem, como o *locus* e a personificação do fascínio de Langendonck, também se apresentará, no decorrer da narrativa, como o campo do medo e do desconhecido, espaço dos não-civilizados, dos não-letrados, do conhecimento popular e do atraso que aclama pela colonização. A floresta contém o oposto da civilização: bugres<sup>6</sup> nativos, feras, animais peçonhentos, imigrantes que a autora-narradora considera “os germes de todos os vícios da humanidade” (LANGENDONCK, 2002, p. 56). O desprezo que Marie demonstra por esses imigrantes, majoritariamente de origem alemã, os posiciona como o próprio antiethos no contexto narrativo analisado.

---

<sup>6</sup> Expressão utilizada no contexto histórico em questão para designar os grupos indígenas. Não leva em consideração filiações etno-linguísticas das populações nativas.

Segundo Juliana Bublitz (2008), no século XIX, o imaginário europeu acerca da floresta das terras a serem colonizadas apresentava remanescentes medievais que a consideravam

abrigo de marginais, loucos, fugitivos, selvagens e hereges. Os muros do feudo excluíram a floresta, que passou a ser *foris*, significando literalmente fora e denotando perigo e insegurança. Condenados ao fogo do inferno estariam aqueles que se rendessem aos demônios e espíritos da floresta – e a Igreja tinha boas razões para difundir esse terrorismo, pois as seitas pagãs permaneciam vivas na memória popular e ameaçavam a expansão da civilização judaico-cristã. [...] Para a Igreja, as florestas representavam o lado obscuro do mundo ordenado, e os seus padres trataram de popularizar tal posicionamento. (BUBLITZ, 2008, p.329-330).

Contudo, o fascínio pela floresta virgem anunciado por Marie anteriormente também indica a ocorrência da interdiscursividade (MAINGUENEAU, 2015), que encontra estreita ligação com a polifonia proposta por Bakhtin (2016), apresentando a mobilização de uma memória coletiva ligada ao que Antônio Carlos Diegues (2008) chama de mito moderno da natureza intocada. Esse refere-se a um conjunto de representações que ganha popularidade no século XIX e que apregoa uma concepção biocêntrica das relações entre seres humanos e natureza, reinterpretando ideias de paraísos perdidos e operando na base de processos conservacionistas.

Na construção cenográfica da narrativa, a floresta virgem se apresenta considerando sua alteridade com relação ao mundo civilizado europeu, o que fica evidenciado na passagem:

Os bosques da Europa, atravessados por estradas retas e cômodas e por aristocráticas avenidas, cujas árvores podadas e talhadas dão a impressão de uma paisagem pintada, são tão pequenos, tão mesquinhos, se comparadas com esta natureza tal como saiu das mãos do criador que mesmo hoje, que três mil léguas me separam desta, vêm-me desejos loucos de atravessar o oceano.

Mas o fato é que as florestas virgens primeiro nos atraem e em seguida nos prendem, da mesma forma que a ausência faz esquecer os defeitos de um objeto amado para deixar apenas a lembrança das qualidades que no-lo tornavam caro. O mesmo acontece com as grandes florestas do Brasil: aqueles que as habitam gostariam de revê-las, mesmo às custas de algum perigo e muita privação. (LANGENDONCK, 2002, p. 105).

Ainda que a narradora procure sustentar sua paixão pelas florestas, transcorridos dois anos de seu estabelecimento na Colônia de Santa Maria da Soledade, ela se diz convencida pelos filhos a retornar à Europa, enfatizando sua tristeza com a decisão. Os

motivos elencados referem-se aos perigos contidos na floresta conforme anteriormente mencionado. Considera-se, ainda, que o próprio empreendimento de imigração para essa Colônia ia mal: a ausência de vias de ligação com o Porto dos Guimarães (São Sebastião do Caí) e Porto Alegre não permitia o desenvolvimento adequado da Colônia e o número de colonos assentados na região não atingia os números esperados. A desolação de Langendonck é narrada na passagem pelas terras de Harmonia, outrora, na ocasião de sua chegada, descrita como uma fazenda próspera e com belas construções:

Sentei-me em meio aos escombros que faziam a solidão parecer mais severa e menos jovem a terra. As ruínas são coisas raras no Brasil, aquelas foram as únicas que vi. Olhando-as, comparei involuntariamente essas obras do homem, que duram tão pouco, com essas vastas florestas que eu acabava de atravessar, que o tempo torna mais belas e majestosas, enquanto destrói tudo aquilo que o homem se esforça por tornar durável. (LANGENDONCK, 2002, p.103).

Articulado à cenografia ocorre a construção do ethos da narradora e dos demais personagens. Embora a narradora não se descreva fisicamente e pouco mencione aspectos relacionados a seu passado na Europa ou à sua própria personalidade (ethos dito), sua narrativa utiliza-se frequentemente das falas ou das atitudes de outros personagens para com ela para firmar de seu ethos mostrado, evocando-os enquanto seus parceiros e fiadores na construção e atestação de sua percepção de si.

No capítulo de abertura, onde narra a travessia de mais de dois meses da Antuérpia à barra de Rio Grande (RS) a bordo do navio “Amanda”, Marie deixa claro que suas acomodações (a qual ele dividia com seu filho Léon) e o tratamento recebidos eram privilegiados. Seu aposento ficava anexo ao do capitão, o qual ela considera uma pessoa de pouca instrução:

[...] haviam nos reservado um espaço, contendo duas camas e o lugar necessário às nossas bagagens, de maneira que estávamos perfeitamente à vontade. Nossa cabine improvisada recebia luz por dois globos de vidro, incrustados na ponte. Sós, quando desejávamos, fazendo nossas refeições em família, inicialmente não achamos a travessia sem conforto nem sem encanto. (LANGENDONCK, 2002, p. 26).

A sequência narrativa contrasta a condição de viagem desfrutada pela autora-narradora e seu filho Léon com as circunstâncias degradantes do resto da população embarcada, majoritariamente formada por alemães, que “continuamente faziam uns aos

outros o favor mútuo de catarem os vermes que os cobriam” (LANGENDONCK, 2002, p.26), ganhando enfoque as mortes que ocorreram a bordo.

Desde sua estada inicial em Porto Alegre, antes de seguir para a Colônia de Santa Maria da Soledade, e posteriormente no trajeto e nas paradas até seu destino final, a narradora enfatiza ser recebida pela alta sociedade de cada localidade: primeiramente pelo Conde de Montravel em Porto Alegre, pela família do Major Guimarães no Porto de São Sebastião do Caí e por um alemão de muitas posses em Harmonia. O mesmo ocorre em seu processo de retorno à Bélgica, dois anos mais tarde.

São nas passagens que narram essas situações de hospedagem que Marie constrói seu juízo acerca dos escravos, manifestando ela um discurso marcado simultaneamente pelo abolicionismo e pelo preconceito racial. Em suas palavras,

A escravidão, tal como a vi no Brasil, pareceu-me menos funesta aos negros do que prejudicial à raça branca. Quaisquer que sejam as causas, o fato é que os maus instintos inerentes à natureza do negro deixam nele bem pouco espaço para os sentimentos de probidade, de pudor e de moral. No entanto, é no meio dessas criaturas que os brasileiros deixam seus filhos chegarem à idade da razão. (LANGENDONCK, 2002, p. 41).

No entanto, nas situações que expressam alteridade (BAKHTIN, 2016) que se constrói, de fato, o ethos discursivo da narradora. Precisamente nas passagens que narram interação com a Família Nunez, essa formada por brasileiros de origem indígena, faz-se notar, de maneira mais efetiva, a afirmação de seu ethos de colonizadora, mas forçosamente marcado pela tolerância e pela complacência.

O entendimento do termo colonizadora é compreendido, no contexto desta análise, baseado, principalmente, na concepção proposta por Alfredo Bosi (1992) ao afirmar que, na formação do Brasil, o conceito de colonização não pode ser compreendido senão relacionado à dialética de três instâncias: de colônia, no que se refere ao uso e ocupação do espaço em si, mas muito mais ao do trabalho do colono no cultivo da terra; de culto, ligada ao estabelecimento da fé e de um sistema de cunho religioso que opere sobre o terceiro; de cultura, relacionada à formação de uma representação reguladora das práticas sociais no novo espaço que permita o compartilhamento de uma sensação de unidade cultural.

É possível destacar várias passagens que sustentam a presença de Marie enquanto força colonizadora, particularmente marcadas pelo reconhecimento de sua

alteridade para com seus companheiros em Santa Maria da Soledade. Desde a relação da Sra. Nunez com curas naturais, passando pela maneira como ela venerava os ícones religiosos de Marie, até a noite de São João quando a família mostra à belga seu ritual de celebração. Nenhuma passagem, entretanto, é mais notória que aquela na qual se relata a narradora hospedada na casa daquela família, aguardando ser conduzida de volta a Porto Alegre e decidida a deixar a colônia de Santa Maria da Soledade:

Era ao jantar; várias mulheres de colonos comiam ali em tigelas que mantinham sobre os joelhos, enquanto para mim se havia improvisado uma mesa, coberta por um tecido branco, e eu era servida em uma louça, mudada a cada prato. Fiz notar ao filho da Senhora Nunez que a maneira como me serviam devia ferir os outros convidados.

- São apenas mulheres, respondeu.
- E eu sou o quê, então?
- A Senhora, *mas a Senhora é uma dama, não há outra na floresta.*
- Que é que lhe faz acreditar nisso?
- Suas maneiras, as de seus filhos, muitas coisas que eu não saberia explicar. Foi Miguel quem a viu pela primeira vez no dia em que saiu à procura de um cavalo perdido. Ele disse à minha mãe o que pensava de todos vós; minha mãe foi então visitá-la. Sem seu consentimento, ela trouxe sua roupa usada, lavou-a aqui e prometeu jamais deixá-la fazer uma tarefa para a qual, era opinião dela, a senhora não estivesse preparada. (LANGENDONCK, 2002, p.100-101, grifo nosso).

É verificável assim a estreita ligação entre a cenografia e os ethos discursivos construídos na narrativa analisada. Visando sintetizar os principais apontamentos resultantes desta análise, apresenta-se, antes das considerações finais, um resumitivo no Quadro 1:

Quadro 1: Cenografia e ethos discursivos identificados na narrativa

<b>Cenografia</b>	
A construção da imagem da floresta virgem da Colônia de Santa Maria da Soledade, marcada pelo domínio do selvagem sobre as possibilidades de antropização.	
<b>Personagens</b>	<b>Ethos discursivos construídos pela narrativa</b>
Marie van Langendonck (narradora)	Colonizadora, mas complacente
Filhos de Langendonck e a alta sociedade europeia das áreas urbanizadas	Colonizadores
Capitão do navio “Amanda”	Pessoa de pouca instrução
Família Nunez	Inocentes e subservientes
Imigrantes que povoam Santa Maria da Soledade	Atrasados e degradados, destituídos dos valores europeus, representam o antiethos
Brasileiros das áreas urbanizadas	Indolentes, porém dóceis

Imigrantes Alemães e portugueses das áreas antropizadas	Gananciosos
Escravos	Desprovidos de moral, pudor e probidade
Bugres (indígenas)	Pertencem ao domínio da floresta, estão no nível dos animais

Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

Madame van Langendonck regressou à Antuérpia em 1859, mas voltou definitivamente para o Brasil em 1863, estabelecendo-se em Arroio Grande, Pelotas (RS), onde permaneceu até sua morte em 1875.

Quanto à Colônia de Santa Maria da Soledade, a tentativa de trazer suíços católicos não foi consolidada, havendo então a venda dos lotes para colonos alemães e holandeses, a maioria deles protestantes. O relatório sobre a Província do Rio Grande do Sul de 1860, escrito por Joaquim Fernão Leão para a Assembleia Provincial, anunciava as dificuldades no desenvolvimento da colônia e o censo populacional informado no documento em questão indicava equidade entre católicos e protestantes, além de uma ocupação majoritariamente de origem alemã (953 pessoas), seguida por holandeses (201) e brasileiros (108). A população de origem suíça, à ocasião, somava 40 indivíduos.

Com o fracasso do acordo de colonização outrora firmado entre a empresa colonizadora e o Império Brasileiro, em 1869 a Colônia de Santa Maria da Soledade foi oficialmente transferida da Sociedade Montravel, Silveiro & Comp. de volta ao Governo Imperial Brasileiro através do decreto nº4387 de 10 de julho, que estabelecia que o Governo indenizaria a Sociedade Montravel pelas dívidas dos colonos estabelecidos nas terras em questão.

### **Considerações finais**

Inserida no contexto dos estudos envolvendo estudos do discurso e alteridade, a presente reflexão propôs-se a identificar e discutir a construção dos ethos e da cenografia na narrativa “Uma colônia no Brasil”, tomando por fundamentação a teoria enunciativo-discursiva de Dominique Maingueneau em interface com os princípios dialógicos de Bakhtin.

Retomamos, por oportuno, que “Uma colônia no Brasil” foi escrito e publicado na Bélgica, em 1862, ganhando sua primeira edição brasileira em 1990 e a segunda, com a qual trabalhamos, em 2002. O livro traz as memórias de Marie van Langendonck e trata



do período em que essa ficou vivendo na recém-criada colônia de Santa Maria da Soledade, entre os anos de 1857 e 1859.

Considerando as limitações impostas pela extensão do *corpus* estabelecido, a análise realizada indica que a construção da cenografia da narrativa apoia-se no contexto situacional da imagem da floresta virgem das terras da região do Arroio Forromeco (Vale do Rio Caí – RS), local da instalação da colônia de Santa Maria da Soledade, existindo a consideração à sua alteridade com relação ao mundo civilizado europeu. A floresta, nesse contexto, é representada por seu exotismo e pela atração exercida sobre a narradora, mas também enquanto *locus* do desconhecido.

Desse modo, a construção dos *ethos* discursivos, tanto da personagem narradora quanto de outras figuras, expressam a existência de um Outro diferente de si, por isso a importância da noção de alteridade proposta por Bakhtin. Atravessados pela interdiscursividade, a formação das identidades na narrativa aponta para uma influência eurocêntrica que insere o *ethos* da narradora enquanto colonizadora, mas forçosamente marcada pela complacência com relação a um mundo que lhe é tão diferente e pelo qual ela constantemente tonifica sua paixão.

No extremo oposto ao seu *ethos* discursivo, forjando uma imagem de antiethos, aparecem os imigrantes alemães que ocupam a área de colonização, os quais são representados a partir da perda da civilidade e dos bons-costumes europeus.

Não somente por tratar-se de uma narrativa rica na descrição de elementos físicos, geográficos e culturais, mas também por estabelecer seus principais elementos constitutivos baseados na noção de alteridade, o livro mostra-se uma profícua fonte para estudos interdisciplinares sobre a região de médio curso do Vale do Rio Caí, sendo possível explorá-lo sob o viés da análise do discurso, conforme demonstrado neste artigo.

## Referências

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: \_\_\_\_\_.(Org.). *Imagens de si no discurso*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 9-28.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Os gêneros do discurso*. São Paulo: editora 34, 2016, p.11-69.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Decreto nº4387 de 10 de julho 1869. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo Federal, Rio de Janeiro, 31 de dez. de 1869. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/192618-approva-as-bases-para-o-contracto-com-a-sociedade-montravel-silveiro-comp-que-tem-por-fim-transferir-ao-governo-os-direitos-pertencentes-u-sociedade-sobre-os-colonos-da-colonia-santa-maria-da.html>. Acesso em: maio de 2020.

BUBLITZ, Juliana. Forasteiros na floresta subtropical: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. *Ambiente & Sociedade*, v.XI, n.2, p.323-340, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2008000200008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2008000200008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: junho de 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2008.

DREHER, Martin Norberto. *Os 180 anos da Imigração Alemã*. In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio (Org.). *História, Cultura e Memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2005, p.11-31.

FREITAS, Ernani César; CHIARADIA, Itatine; FACIN, Débora. *Práticas linguageiras e ethos discursivo: vozes de sujeitos “que falam” sobre o trabalho*. *Letras de Hoje*, v. 49, n. 3, p. 326-335, jul.-set. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/15845>. Acesso em: maio de 2020.

FREITAS, Ernani Cesar; SERENA, Marinês Giareta. *A cenografia no discurso literário: enlaçamento enunciativo e ethos no romance Eva Luna*. *Desenredo*, v. 10, n.01, p. 64-91, jun./jul.2014. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/4097>. Acesso em: maio de 2020.

LANGENDONCK, Madame van. *Uma colônia no Brasil*. Florianópolis: Ed. Mulheres, EDUNISC, 2002.

LEÃO, Joaquim Fernão. *Relatório sobre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul para a Assembleia Provincial*. Porto Alegre: Typografia do Correio do Sul, 1860. 141f. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=252263&pagfis=1820&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em maio de 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênero de discurso e cena de enunciação*. In: \_\_\_\_\_. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 117-130.

PIRES, Vera Lúcia. *Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin*. Organon, v. 16, n. 32-33, 2002. p.35-48. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/29782/18403>. Acesso em: junho de 2020.

PRODANOV, Cléber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Kelen Cristina. *Em pauta o conceito de ethos: a movência do conceito da retórica aristotélica à sua resignificação no campo da Análise do Discurso por Dominique Maingueneau*. Signum Estudos da Linguagem, n.11/2, p. 195-206, dez. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/%20download/3056/4674>. Acesso em: junho de 2020.

## THE DAME OF THE FOREST: ETHOS AND SCENOGRAPHY IN “UMA COLÔNIA NO BRASIL”

### ABSTRACT

The paper aims to present a brief study of the discourse emphasizing the scenography and the discursive ethos constructed in “Uma colônia no Brasil”, by Madame van Langendonck. Developed in an interdisciplinary perspective, this study is qualitative and exploratory, with bibliographic and documentary procedures. Maingueneau's enunciative-discursive theory is used as a guide, articulated with Bakhtin's notion of identity and otherness. The analysis indicates that the construction of the scenography of the narrative and the discursive ethos are marked by otherness and by Eurocentrism, presenting the scenography related to the virgin forest and the narrator's ethos by the expression of a colonizing identity.

**Keywords:** scenography, discursive ethos, alterity, identity.

Recebido em 24/08/2020.

Aprovado em 15/11/2020.